

# Os Próximos 10 Anos

## Um Cenário de Mudança Radical

### Metas Macroeconómicas 2017-2026



Pedro Braz Teixeira<sup>1</sup>

28 de Março 2017



**FORUM PARA A  
COMPETITIVIDADE**



# ÍNDICE

Resumo executivo .....	3
<b>1. Erros e problemas do passado .....</b>	<b>5</b>
Ignorar a globalização .....	5
Descontrolo das contas públicas .....	6
Betão em vez de qualificação .....	7
Excessos financeiros .....	7
Resultado grave, estranho e raro .....	7
<b>2. Uma mudança radical .....</b>	<b>10</b>
<b>3. Metas macroeconómicas .....</b>	<b>13</b>
Crescimento económico e suas componentes .....	13
Mercado de trabalho .....	15
Contas externas .....	16
Contas públicas .....	16
Dificuldades expectáveis .....	16
<b>4. Medidas gerais .....</b>	<b>17</b>
Medidas transversais .....	17
<b>5. Medidas sectoriais .....</b>	<b>18</b>
<b>6. Conclusões .....</b>	<b>19</b>
Bibliografia .....	20

<sup>1</sup> Director do Gabinete de Estudos do Forum para a Competitividade.



## Resumo executivo

- A partir de 1989, a queda do Muro de Berlim e a entrada da China na Organização Mundial do Comércio trouxeram uma intensificação no desafio da globalização a Portugal, a que o país respondeu inicialmente de forma positiva, através da angariação do investimento da Auto-Europa, que começou a laborar em 1995.
- A partir de então, optou-se por um erro estratégico grave, de ignorar o difícil desafio da globalização e colocou-se a ênfase na procura interna, com os piores resultados possíveis: um endividamento externo galopante (de 8% a mais de 100% do PIB); a necessidade de pedir auxílio à *troika*.
- Entre 1986 e 2010, Portugal foi o país da UE onde se registou o maior crescimento do peso da despesa pública, de 36% para 50% do PIB, a crescer sempre antes do tempo, antes das receitas o permitirem.
- Houve também um enviesamento no betão em detrimento da qualificação das pessoas.
- Portugal teve a pior década e meia de crescimento económico dos últimos cem anos; foi, com a Grécia, o único país dos países mais pobres que divergiu da média da UE; viu-se ultrapassado já por seis dos novos membros da UE, havendo outros que se aproximam; viu o rendimento por habitante da China passar de 12% do português em 1995 para 51% em 2015 e prevendo-se que atinja os 66% em 2021.
- As reformas impostas pela *troika* foram insuficientes, quer no seu projecto inicial quer na sua dificultada execução, sendo o nosso actual potencial de crescimento de apenas 1,2% o que, se nada for feito, nos conduzirá a um irreversível empobrecimento relativo face à Europa.
- É por isso que se exige uma alternativa, sendo que esta terá de passar por uma resposta forte ao desafio da globalização, baseado na atracção do investimento directo estrangeiro exportador.
- Precisamos de passar a crescer, pelo menos, em média 3% ao ano para podermos:
  - Compensar a estagnação dos últimos 16 anos;
  - Diminuir claramente o desemprego;
  - Aumentar os salários reais e o nível de vida dos portugueses;
  - Preservar o essencial do Estado social;
  - Convergir para os países mais prósperos da UE;
  - Dar sustentabilidade à dívida externa;
  - Dar sustentabilidade à dívida pública;
  - Reforçar o sistema financeiro.



- Para alcançarmos aquele crescimento será forçoso angariar investimento directo estrangeiro exportador, para o que se exige a diminuição genérica de custos de contexto e o foco na formação genuinamente qualificante.
- As metas macroeconómicas que aqui se definem para o período 2017-2026 são:
  - PIB a crescer 3,0% em média;
  - Desemprego a cair para 6,7% em 2026;
  - Salários reais a subirem 15,7% em termos acumulados;
  - Investimento a subir de 16,1% em 2015 para 20% do PIB em 2026;
  - Exportações a subir de 42,7% em 2015 para 48,4% do PIB em 2026.
- A preços de 2015, o PIB de 2026 seria 39 mil milhões de euros superior ao valor que seria alcançado se nos mantivéssemos na trajectória actual (22% acima do PIB de 2015, que foi de 179,5 mil milhões de euros). Os ganhos acumulados nesses 10 anos do novo modelo de crescimento deverão ascender a 186 mil milhões de euros, o que corresponde a 104% do PIB de 2015.
- Criámos dez grupos de trabalho sectoriais, que apresentaram um conjunto significativo de propostas, que deverão ser tornadas públicas entre Abril de Maio deste ano, para culminar numa publicação conjunta, em Junho.



## 1. Erros e problemas do passado

**Portugal ignorou o desafio da globalização, focou-se na procura interna em detrimento das exportações, tendo a dívida externa subido de menos de 10% do PIB em 1995, para mais de 100% do PIB nos anos mais recentes. Entre 1986 e 2010, Portugal foi o país da UE onde se registou o maior crescimento do peso da despesa pública, de 36% para 50% do PIB, a crescer sempre antes do tempo, antes das receitas o permitirem. Houve também um enviesamento no betão em detrimento da qualificação das pessoas. A somar a isto houve um excesso de endividamento, público e privado, tendo isto tudo resultado em uma década e meia de estagnação económica, a pior dos últimos 100 anos.**

### Ignorar a globalização

A partir de 1989, a queda do Muro de Berlim e a entrada da China na Organização Mundial do Comércio trouxeram uma intensificação do desafio da globalização a Portugal, a que o país respondeu inicialmente de forma positiva, através da angariação do investimento da AutoEuropa, que começou a laborar em 1995. Nesse ano, as nossas contas externas estavam equilibradas, quer no saldo corrente, quer no stock insignificante da dívida externa (inferior a 10% do PIB).

Portugal alheou-se do desafio da globalização, que para o nosso país seria sempre difícil, e passou a estimular a procura interna, um erro estratégico que nos conduziria até à *troika*.

Aliás, sem reconhecer a necessidade de constituir a competitividade externa como referencial de todas as medidas de política economia, o que pressupõe desistir de estímulos ilusórios à procura interna, não será possível crescer a nível aceitável.

### Perda de competitividade

Com todos os excessos de estímulos, monetários e orçamentais, a economia sobreaqueceu, gerando pressão para subida de preços e salários, o que se traduziu numa apreciação real do escudo e na consequente perda de competitividade.

As margens do sector transaccionável foram esmagadas, enquanto as condições de sucesso no sector não transaccionável prosperaram. A perversa reconversão do sector privado para o sector não transaccionável resultou de incentivos errados, gerados por uma política macroeconómica desastrosa.



### Perda de peso do sector mais dinâmico

Mas, como o sector não transaccionável tem menores crescimento da produtividade, o crescimento da economia como um todo sofreu com esta alteração da estrutura produtiva.

### Competitividade-preço

Há quem desvalorize a importância da competitividade com base no preço mas, com todas as fragilidades que tem, Portugal não lhe pode escapar.

Tendo Portugal uma mão-de-obra com nível de escolaridade muito inferior aos países de Leste, não pode deixar de ter moderação salarial. Para além disso, a própria Alemanha, um potência industrial, apostou fortemente na competitividade-preço, quando impôs uma forte contenção salarial após a entrada no euro.

### Perda de centros de decisão

A trajetória insustentável de uma dívida externa explosiva, para além de todos os outros problemas que trouxe, levou a uma sucessiva perda de centros de decisão, através da venda de empresas importantes, por manifesta insuficiência de poupança interna, a qual persiste até hoje.

## Descontrolo das contas públicas

Entre 1986 e 2010, Portugal foi o país da UE onde se registou o maior crescimento do peso da despesa pública, de 36% para 50% do PIB. Os dois períodos em que ela mais cresceu foram 1989-1993 (+40% em termos reais), devido ao novo sistema de remuneração dos funcionários públicos, e 2008-2010 (+16% em percentagem do PIB), numa tentativa mal desenhada de contrariar a crise internacional.

Este aumento da despesa foi acompanhado de um aumento da receita pública, sobretudo fiscal, mas de forma insuficiente, do que resultaram défices orçamentais persistentes.

Com os fortíssimos – e inevitáveis – estímulos monetários que a economia recebeu nos anos anteriores à adesão ao euro, era imperativo que a política orçamental os tivesse corrigido, numa actuação semelhante à desenvolvida pela Espanha.

Ao invés, desbarataram-se as poupanças de juro da dívida pública e aumentou-se a rigidez da despesa pública, aumentando-se o número e salários de funcionários públicos. Como se isso não fosse suficiente, ainda se recorreu a “carpintaria financeira”, com as parcerias público-privadas (PPP).



A partir de 2011, com a aplicação do Plano de Assistência Económica e Financeira (PAEF) registou-se uma queda significativa da despesa pública, mas meramente temporária, já que nem então se fez uma reforma da despesa pública.

### **Betão em vez de qualificação**

Nas últimas décadas tem havido um enviesamento do investimento no betão, que faz com que Portugal esteja (em 2016) na 22ª posição em infra-estruturas do *ranking* do Forum Económico Mundial, claramente acima da sua posição global (46ª).

Em contrapartida, o país apresenta a mais baixa qualificação dentro da UE, o que coloca claros entraves ao desenvolvimento. Dada a muito baixa utilidade dos últimos investimentos realizados em infra-estruturas, nomeadamente em auto-estradas com muito pouco tráfego, e o previsível benefício de formação genuinamente qualificante, é evidente que este enviesamento do foco do país tem sido prejudicial ao crescimento.

Contraste-se isto também com a Irlanda, que fez a opção inversa, na qualificação, logo a partir dos anos 60, o que lhe tem permitido colher os frutos.

### **Excessos financeiros**

A descida das taxas de juro permitida pela perspectiva de entrada no euro criou as condições para uma significativa expansão do crédito, quer ao sector público quer privado. A banca intermediou este processo, tendo ignorado a necessidade da sua sustentabilidade.

O sector bancário endividou-se em larga escala no exterior, tendo permitido uma excessiva concentração daquele crédito aos sectores da construção e imobiliário, actividades não transaccionáveis, que jamais poderiam gerar receitas externas para pagar a dívida acumulada.

Os passivos (brutos) de toda a economia ao exterior subiram de 83% do PIB no início de 1996 para 303% do PIB em 2010. Quando o acesso ao financiamento externo cessou, a insustentabilidade desta situação ficou evidente, tendo criado significativos problemas ao sector bancário.

### **Resultado grave, estranho e raro**

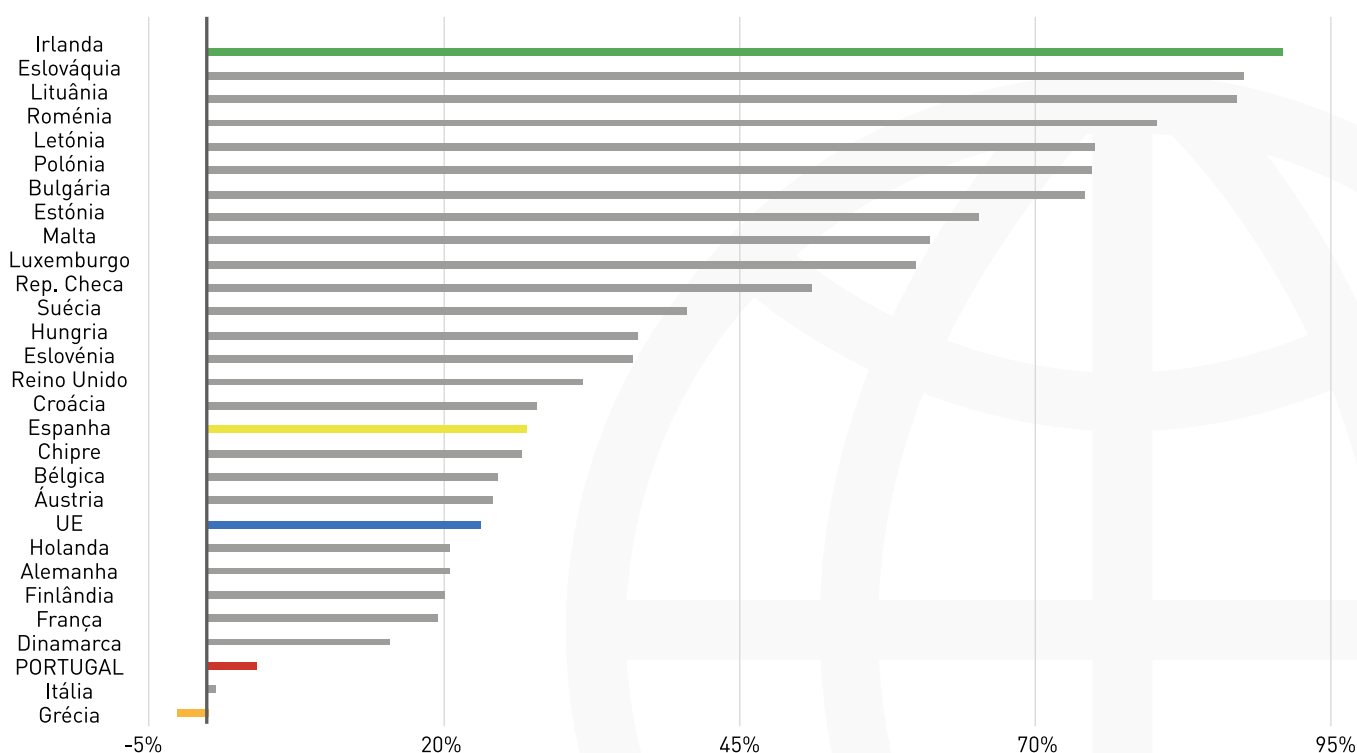
O nosso grave problema de estagnação económica desde a última década e meia tem duas dimensões: por um lado, o crescimento do PIB foi baixíssimo; por outro, e mais sério ainda, esse crescimento só foi conseguido à custa de um endividamento externo crescente, cujos



juros diminuem o rendimento nacional, que tem tido uma evolução ainda mais negativa. Tudo isto é simultaneamente grave, estranho e raro.

- **Grave**, porque implica uma estagnação do nível de vida dos portugueses, ultrapassados pelos novos membros da UE; e também porque implica muito mais restrições sobre o Estado social do que as que (sempre) existiriam, devido ao envelhecimento da população.
- **Estranho**, porque Portugal está integrado na UE, o que deveria favorecer a convergência com os Estados-Membros mais desenvolvidos, para além do facto de estar a receber fundos há três décadas e meia, justamente para ajudar àquela convergência.
- **Raro**, porque o nosso país é um caso quase único nesta matéria: com uma estagnação e divergência muito prolongada, claramente anterior à crise internacional de 2008. Pior que Portugal só a Itália, que já não pertence ao grupo dos mais pobres; e a situação a todos os títulos excepcional da Grécia. Todos os outros países menos prósperos da UE cresceram acima da média.

### Crescimento do PIB acumulado entre 2000 e 2016 (%)



Fonte: Ameco



Portugal tem sido ultrapassado por vários novos membros da UE, alguns dos quais, como a Eslováquia, a Estónia e a Lituânia, há vinte anos tinham apenas um nível de rendimento per capita (em Paridades de Poder de Compra, PPC) de cerca de metade do nosso.

#### Ultrapassagem pelos novos países da UE (em PIB per capita, PPC)

Ano da ultrapassagem	País	% do nosso rendimento	
		1995	2015
1993	Malta	106	129
2005	Eslovénia	85	111
2006	República Checa	88	113
2012	Eslováquia	61	107
2013	Estónia	51	103
2013	Lituânia	43	102

Fonte: FMI

Neste momento, há um conjunto de economias que está cada vez mais próximo do nosso nível de rendimento por habitante, quer na Europa, quer no resto do mundo, com destaque para a Polónia, a Malásia, a Hungria e a Letónia.

#### Países a aproximarem-se de Portugal

País	% do nosso rendimento	
	1995	2015
Polónia	52	95
Malásia	67	95
Hungria	70	94
Letónia	38	89
Chile	58	84
Croácia	60	78
Panamá	41	78
Roménia	48	75
Turquia	54	73
Bulgária	43	69
China	12	51

Fonte: FMI



É frequente ouvir-se que Portugal não pode competir com a China, mas este país passou de um nível de rendimento per capita que era 12% do português em 1995 para 51% em 2015. Dada a continuação de acelerados progressos naquele Estado, não deverá faltar muito até que a concorrência chinesa fique muito mais próxima. Aliás, de acordo com o FMI, ela deverá chegar já a 67% da média portuguesa em 2021.

### Reformas insuficientes

As reformas forçadas pela *troika*, entre 2011 e 2014, mas resistidas internamente, tiveram um impacto muito limitado no potencial de crescimento da nossa economia, que o FMI estima que esteja nos 1,2%, o que nos conduziria para uma trajectória de divergência com os Estados mais prósperos da UE sem fim à vista. É, assim, essencial construir uma alternativa.

## 2. Uma mudança radical

**Precisamos de passar a crescer, pelo menos, em média 3% ao ano para podermos: compensar a estagnação dos últimos 16 anos; diminuir claramente o desemprego; aumentar os salários reais e o nível de vida dos portugueses; preservar o essencial do Estado social; convergir para os países mais prósperos da UE; dar sustentabilidade à dívida pública, à dívida externa e ao sistema financeiro. Para alcançarmos aquele crescimento será forçoso angariar investimento directo estrangeiro exportador.**

É urgente mudar este estado de coisas e precisamos de passar a crescer, pelo menos, em média 3% ao ano para podermos:

- Compensar a estagnação dos últimos 16 anos;
- Diminuir claramente o desemprego;
- Aumentar os salários reais e o nível de vida dos portugueses;
- Preservar o essencial do Estado social;
- Convergir para os países mais prósperos da UE;
- Dar sustentabilidade à dívida externa;
- Dar sustentabilidade à dívida pública;
- Fortalecer o sistema financeiro.



Para alcançarmos esta meta, será forçoso:

- Redução genérica dos custos de contexto, tornando mais atraente o investimento externo em Portugal;
- Angariação directa de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) exportador, através da eventual concessão de benefícios fiscais e outras facilidades;
- Foco em formação profissional genuinamente qualificante e sobretudo com base em necessidades de sectores com potenciais vantagens competitivas.

### **Custos de contexto**

Os elevados custos de contexto continuam a pesar na nossa competitividade, tais como a eficiência da administração pública, os custos de energia, a transparência dos concursos públicos, a fiscalidade, a flexibilidade laboral, as condições de pagamento, a formação profissional não académica, os subsídios às empresas e a morosidade da justiça económica.

As recentes reversões de contratos públicos vieram levantar dúvidas sobre a segurança contratual em Portugal, um problema que antes não existia.

Em relação à fiscalidade, acentua-se o seu peso excessivo e, talvez com igual gravidade, a falta de estabilidade das regras e taxas, que desrespeita compromissos anteriormente assumidos e mina a confiança dos investidores, em total contraste com a atitude da Irlanda.

### **Angariação directa de Investimento Directo Estrangeiro**

A angariação directa de IDE é extremamente importante para inverter uma impressão geral de baixa atractividade, que não deve ser generalizada, pois existem sectores onde os investidores externos estão satisfeitos.

Será necessário identificar nichos onde poderemos ter, reforçar ou ganhar vantagens competitivas, e que tenham possibilidade de crescer e ganhar escala. Será também necessário definir uma acção concertada para potenciar esse ganho de escala, visibilidade e competitividade.

<sup>2</sup> ROLAND BERGER E CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA LUSO-ALEMÃ (2013) "PortugalPlus – Investimento e Exportação.", p. 18.



Só cresceremos pela diferença, por fazer melhor algo que os outros não fazem. Isto poderia incluir uma análise descomplexada do que poderão ser essas vantagens, focando na indústria, mas sem deixar de lado o sector dos serviços. Precisamos de produtos e serviços com elevada margem, suficientemente diferenciados e cuja margem compense os custos de transporte que a nossa periferia relativa impõe, e ainda que possam ganhar escala facilmente.

O IDE exportador deverá permitir alcançar sete objectivos importantes:

- Aumento do PIB;
- Aumento do emprego;
- Aumento do investimento;
- Aumento das exportações;
- Aumento da produtividade;
- Maior poupança para financiar o investimento;
- Dívida externa menos instável.

Portugal tem um problema de dimensão das empresas, como veremos com mais detalhe à frente, e a exportação, com os seus mercados potencialmente quase ilimitados para a nossa escala, é a forma ideal de crescer, porque as empresas exportadoras são, em geral, mais rentáveis, com crescimento mais forte e mais rápido, com maior autonomia financeira e com menos crédito vencido.

Uma estratégia de benefícios fiscais ao investimento directo seria desejável, mas seria bem mais eficaz baixar a taxa de IRC, principalmente para pequenas e médias empresas.

#### **Qualificação da mão-de-obra e da gestão**

A educação de adultos é particularmente importante, porque cerca de 55% da população (15-64 anos) não completou o ensino secundário, a percentagem mais elevada no quadro europeu. “Os programas de educação de adultos devem ser planeados com moderação e com objectivos bem definidos, de modo a que haja o maior retorno possível do dinheiro investido”.

Particularmente decisiva para o crescimento é a capacidade de gestão dos líderes empresariais e da administração pública, que será necessário reforçar fortemente.

<sup>3</sup> CRISTO, Alexandre Homem (2016) “Mais ‘Novas Oportunidades’: insistir no erro”, Observador, 5 Setembro 2016.



### 3. Metas macroeconómicas

No período 2017-2026, pretendemos crescer, pelo menos, 3,0% ao ano em média, que o investimento e as exportações ganhem maior preponderância na nossa economia, que o desemprego caia para 6,7% no final do período e que os salários reais subam 15,7% em termos acumulados. Estas metas são ambiciosas mas não são irrealistas, ajudando ainda a dar maior sustentabilidade às nossas contas públicas e externas.

#### Crescimento económico e suas componentes

Pretende-se que o PIB tenha uma taxa média de crescimento de 3,0% e um crescimento acumulado de 37%. Repare-se que este crescimento é acima do crescimento potencial, porque envolve uma componente de eliminação do actual desemprego excessivo.

#### PIB, taxas de variação

	Valor	2015	2016*	2017/ 2020	2021/ 2026	2017/ 2026
PIB	Médio	1,6	0,9	2,7	3,2	3,0
Consumo privado	Médio	2,0	2,1	1,9	2,2	2,0
Consumo público	Médio	0,7	0,6	1,5	2,0	1,8
FBCF	Médio	4,4	-2,1	3,7	6,0	5,0
(em % PIB)	Final	16,4	16,1	17,0	20,0	20,0
Procura interna	Médio	2,5	1,1	2,1	2,8	2,5
Exportações	Médio	5,5	2,3	3,6	4,5	4,1
(em % PIB)	Final	42,7	43,3	44,8	48,4	48,4
Importações	Médio	4,1	2,7	2,9	3,8	3,4

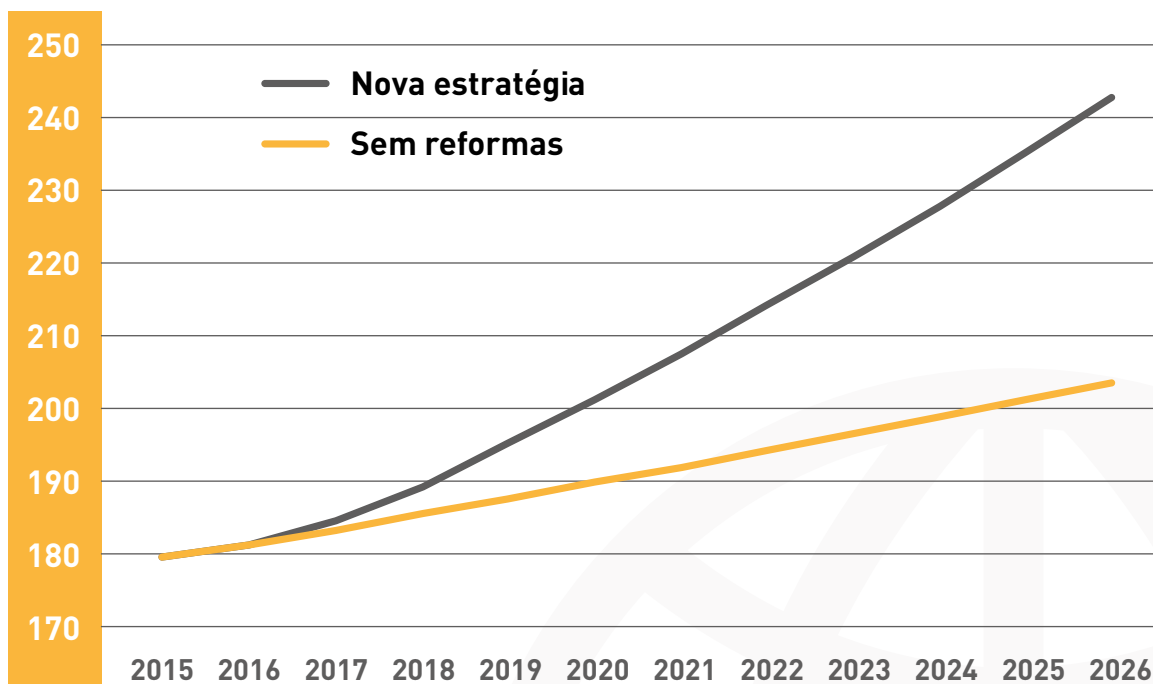
\* 1º semestre



A manter-se o cenário existente, o crescimento médio anual seria apenas de 1,3% e 14% em termos acumulados. Ou seja, a diferença entre os dois cenários é de 24% do PIB no ano final.

A preços de 2015, o PIB de 2026 seria 39 mil milhões de euros superior ao valor que seria alcançado se nos mantivéssemos na trajectória actual (22% acima do PIB de 2015, que foi de 179,5 mil milhões de euros). Os ganhos acumulados do novo modelo de crescimento deverão ascender a 186 mil milhões de euros, o que corresponde a 104% do PIB de 2015.

### Manutenção da estagnação versus regresso ao crescimento (PIB real, mil milhões de euros, a preços de 2015)



Fonte: FMI; cálculos do autor

Em relação ao **consumo privado**, estima-se um crescimento mais modesto do que o do PIB, corrigindo o seu desvio face à média europeia (em percentagem do PIB) e aumentando a poupança interna, essencial para financiar o aumento do investimento previsto. O investimento irá permitir aumentar a produtividade, mas nem todos estes ganhos poderão corresponder a aumentos salariais, quer devido ao nosso persistente problema de competitividade-preço, quer à necessidade de melhorar a margem de lucro das empresas, para que faça sentido e seja realista o aumento do investimento previsto.



### Taxa de poupança das famílias

Admite-se que haja uma recuperação sucessiva deste indicador, passando de 3,7% do Rendimento Disponível em 2015 até 8% no final do período, ainda assim inferior aos 10% que foram a média verificada em 1995-2001. O que estes valores indicam é que as famílias terão tentado contrariar a deterioração do crescimento através do recurso ao endividamento (e menor poupança). Se a economia voltar a níveis de crescimento consideráveis será duplamente mais fácil aumentar a taxa de poupança das famílias: i) porque o rendimento é maior; ii) porque já não é necessário compensar a deterioração económica com endividamento. Também poderemos assistir a um aumento das remessas dos emigrantes, ainda que o sucesso da estratégia económica defendida deva abrandar o recente aumento da emigração.

O **investimento** aceleraria até 2019, mantendo uma elevada taxa de crescimento, em linha com os pressupostos enunciados.

As **exportações** beneficiariam de uma melhoria da competitividade, com base nos pressupostos descritos, e do maior foco exportador no investimento. As **importações** resultam directamente das outras componentes da procura, usando as últimas estimativas do Banco de Portugal (2013) para o conteúdo importado.

### Mercado de trabalho

No mercado de trabalho, espera-se um crescimento médio anual de 0,9% do emprego e uma redução da taxa de desemprego para 6,7% no final do período de simulação. Os salários reais poderiam subir 15,7% em termos acumulados, devendo-se sublinhar que isto só poderá acontecer depois do sucesso no crescimento económico e da produtividade e nunca antes.

#### Mercado de trabalho

	Valor	2015	2016*	2017/ 2020	2021/ 2026	2017/ 2026
<b>Emprego#</b>	<b>Médio</b>	<b>1,1</b>	<b>0,6</b>	<b>0,9</b>	<b>1,0</b>	<b>0,9</b>
<b>Desemprego (%)</b>	<b>Final</b>	<b>12,4</b>	<b>10,8</b>	<b>9,3</b>	<b>6,7</b>	<b>6,7</b>
<b>Salários reais#</b>	<b>Médio</b>	<b>-0,8</b>	<b>1,8</b>	<b>1,0</b>	<b>1,6</b>	<b>1,3</b>

\*1º semestre

# Taxa de crescimento



É provável que se justifiquem medidas para reduzir a própria taxa natural de desemprego para valores em torno dos 5%, melhorando o funcionamento do mercado de trabalho, aliviando as contas públicas e aumentando o bem-estar dos trabalhadores.

### Contas externas

Dada a ênfase colocada no IDE exportador, prevê-se que as contas externas se mantenham com um *superavit*, embora não muito expressivo, o que deverá permitir a progressiva redução do nosso *stock de dívida externa* líquida, bem como uma alteração significativa da sua estrutura, ficando muito menos dependente dos mercados financeiros.

### Contas públicas

As contas públicas não são objecto de uma modelização desagregada nesta simulação, presumindo-se que se manterão controladas pelas instituições comunitárias, que intervirão atempadamente antes que surja qualquer problema.

É certo que, a médio e longo prazo, as nossas contas públicas se encontram muito pressionadas pelo envelhecimento da população, com impactos importantes em dois dos segmentos que já são hoje dos mais significativos: a segurança social e a saúde. No entanto, a prosperidade económica fomentada e prevista neste modelo deverá ser muito benéfica para as receitas públicas, tornando politicamente mais fácil o cumprimento das metas orçamentais ditadas, quer pelos tratados europeus, quer pelos elevados riscos em que ainda se encontram actualmente.

### Dificuldades expectáveis

Apresentam-se de seguida algumas dificuldades expectáveis, que deverão merecer uma atenção especial à medida que o tempo passe e se os resultados obtidos divergirem de forma substancial dos valores indicativos aqui referidos.

### Poupança das famílias

Ainda que a trajectória definida nos pareça realista, é provável que não consiga ser obtida de forma automática e que seja necessário desenhar medidas específicas para estimular a poupança das famílias. Uma forma possível será o estímulo da criação de complementos de reforma, até porque se prevê que a primeira pensão de reforma seja uma percentagem cada vez menor do último salário.



### Consumo público

O percurso sugerido para o consumo público é aquele que é compatível com a sustentabilidade das nossas finanças públicas. Por isso, aqui também deverá ser necessário um acompanhamento rigoroso da evolução.

## 4. Medidas gerais

**Entre as medidas gerais, avulta a necessidade de medidas de promoção do aumento da dimensão das empresas, uma das maiores fragilidades nacionais.**

Para alcançar as metas descritas, iremos propor um conjunto de medidas gerais e também sectoriais a serem desenvolvidas pela dezena de grupos de trabalho.

A aprovação apenas parcial das medidas que representam um todo coerente destrói o efeito previsto.

### Medidas transversais

Portugal tem o problema de ter um excesso de emprego em PME, em detrimento das grandes empresas, onde a produtividade é, em média, muito superior, já que aí há uma maior especialização produtiva. Em particular, o nosso país tem um excesso de microempresas, que representam quase metade do emprego. Além disso, a dimensão da empresa tem um efeito maior na produtividade do que na UE, o que reforça a necessidade de fomentar este aumento de dimensão. Será, assim, necessário estudar e identificar as razões porque as nossas empresas têm tanta dificuldade em crescer e propor medidas para corrigir este importante obstáculo ao desenvolvimento.

<sup>4</sup> [http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Business\\_economy\\_-\\_size\\_class\\_analysis](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Business_economy_-_size_class_analysis)

<sup>5</sup> MCKINSEY (2011) "Portugal: o imperativo do crescimento".



### Distribuição das empresas por dimensão

	% emprego		VAB/trabalhador*	
	Portugal	UE28	Portugal	UE28
<b>Microempresas</b>	<b>45%</b>	<b>29%</b>	<b>66%</b>	<b>84%</b>
<b>Pequenas</b>	<b>21%</b>	<b>21%</b>	<b>123%</b>	<b>99%</b>
<b>Médias</b>	<b>15%</b>	<b>17%</b>	<b>170%</b>	<b>124%</b>
<b>PME</b>	<b>81%</b>	<b>67%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
<b>Grandes</b>	<b>19%</b>	<b>33%</b>	<b>236%</b>	<b>150%</b>
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>126%</b>	<b>117%</b>

Fonte: Eurostat e INE, Empresas não financeiras, 2004-2010.

\* em percentagem do valor nas PME

De acordo com um estudo da McKinsey, se empresas exportadoras portuguesas replicassem em todos os países a sua melhor quota de mercado, só isso permitiria aumentar significativamente as exportações, o emprego, a produtividade e o PIB. Aqui, de novo, há que estudar e compreender os obstáculos que produzem os actuais magros resultados e desenhar medidas que os permitam resolver.

## 5. Medidas sectoriais

**Os diferentes grupos de trabalho deverão propor medidas sectoriais para que as metas para o conjunto do país possam ser alcançadas.**

Os grupos de trabalho que se encontram definidos são os seguintes: Potenciar o Crescimento Económico; Requalificação e Emprego; Exportação e Subcontratação Especializada; Investimento Directo Estrangeiro; Internacionalizar a Construção; Zonas Económicas Especiais; Agricultura; Economia Digital e Saúde.

Nos relatórios a elaborar serão, igualmente, tidos em consideração os estudos desenvolvidos pelo Forum nos últimos anos, designadamente os seguintes: “Contributos para um Programa de Recuperação Nacional” (2011); “A Libertação do Potencial Produtivo em Portugal – Questões



Críticas” (2012) e “O IDE em Portugal (atrair capitais para criar emprego). Recomendações ao Governo e às Instituições Públicas sobre a estratégia e medidas a tomar” (2013).

Serão, ainda, revistos e actualizados os diversos “papers” e intervenções apresentados em seminários e outras reuniões, da iniciativa do Forum para a Competitividade.

## 6. Conclusões

**Os péssimos resultados económicos da última década e meia não são uma fatalidade e podemos ultrapassá-los se alterarmos a nossa estratégia para um foco no investimento directo exportador, que nos poderá trazer muito maior crescimento, maior emprego e maiores salários reais. Mas, para que estes benefícios possam ser concretizados, teremos que adoptar um conjunto de reformas significativas.**

A estagnação da última década e meia não só não é nenhuma fatalidade, como é mesmo estranha e rara, quer porque há mais de 35 anos que Portugal recebe fundos comunitários para convergir, como porque é o único país da UE em divergência estrutural há tanto tempo. No entanto, se nada fizermos, continuaremos esta trajectória de empobrecimento relativo, sem fim.

A alternativa que propomos é ambiciosa, mas está longe de ser irrealista, porque se baseia em aumentar o investimento até 20% do PIB, um valor claramente abaixo dos 24% do PIB que se verificaram em média entre 1995 e 2007, antes do início da crise internacional.

Será necessário aproveitar as oportunidades de investimento que temos desperdiçado, mesmo com as nossas deficientes condições actuais; será imperioso tornar o país mais atraente para os investidores externos e também nacionais. Tal só será atingido se formos angariá-lo directamente.

Ter resultados muito melhores do que temos tido é possível e necessário, justifica bem reformas significativas, bem como a ultrapassagem de resistências corporativas que travam a modernização do país.



## Bibliografia

- ALEXANDRE, Fernando, AGUIAR-CONRARIA, Luís e BAÇÃO, Pedro (2016) *Crise e Castigo. Os desequilíbrios e o resgate da economia portuguesa*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- AMARAL, Luís Mira (2015) “O conceito de reindustrialização e a política industrial para o século XXI. O caso português”, CIP, Julho 2015.
- CARDOSO, Fátima, ESTEVES, Paulo Soares e RUA, António (2013) “O conteúdo importado da procura global em Portugal”, *Boletim Económico*, Banco de Portugal, Outubro 2013.
- COSTA, Carlos da Silva (2014) “Condicionantes de um crescimento sustentado da economia portuguesa”, *Banco de Portugal*, Apresentação no Forum para a Competitividade, 23 Setembro 2014.
- CRISTO, Alexandre Homem (2016) “Mais ‘Novas Oportunidades’: insistir no erro”, *Observador*, 5 Setembro 2016.  
<http://observador.pt/opiniao/mais-novas-oportunidades-insistir-no-erro/>
- FORUM PARA A COMPETITIVIDADE (2011) “Contribuições para um programa de recuperação nacional”, Abril 2011.
- FORUM PARA A COMPETITIVIDADE (2012) “A Libertação do Potencial produtivo em Portugal – principais conclusões GTs”, Julho 2012.
- FORUM PARA A COMPETITIVIDADE (2012) “O Regresso aos Mercados e o futuro da Economia Portuguesa”, Novembro 2012.
- FORUM PARA A COMPETITIVIDADE (2013) “O IDE em Portugal. Recomendações ao Governo e às Instituições Públicas sobre estratégia e medidas a tomar”, Maio 2013.
- FORUM PARA A COMPETITIVIDADE (2014) “‘A Necessidade de um Crescimento Robusto para o Post Troika (II)’, Dezembro 2014. ’
- GOUVEIA, Mariana França, GAROUPA, Nuno e MAGALHÃES, Pedro (direcção científica) (2012) *A Justiça Económica em Portugal*, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- MCKINSEY (2011) “Portugal: o imperativo do crescimento”.
- RIBEIRO, José Félix e FERRÃO, João (coordenadores) (2014) *Noroeste Global*, Fundação Calouste Gulbenkian.



RIBEIRO, José Félix, MOURA, Francisca e CHORINCAS, Joana (coordenadores) (2015) Uma Metrópole para o Atlântico, Fundação Calouste Gulbenkian.

ROLAND BERGER E CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA LUSO-ALEMÃ (2013)

“PortugalPlus – Investimento e Exportação. Excelência na execução como alavanca de crescimento no mercado Alemão”, Maio 2013.

SÁ, José Luís Pinto de (2012) “Investigação e Desenvolvimento ao serviço da competitividade nacional”. Maio 2012.

SALGUEIRO, João (2015) “Nova Estratégia Económica”, *Cadernos do Forum para a Competitividade*, Junho 2015.

TEIXEIRA, Pedro Braz (2016) *O euro e o crescimento económico*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos (no prelo).

WOLF, Martin (2016) “The tide of globalisation is turning”, *Financial Times*, Sep 6 2016.

<http://www.ft.com/cms/s/0/87bb0eda-7364-11e6-bf48-b372cdb1043a.html#axzz4JYxSWla8>



## FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

COM O PATRCÍNIO DE:



COM O APOIO DE:

